



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 NÚMERO DO PROCESSO: Processo licitatório nº 69/2026.

1.2 OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de conectividade corporativa, compreendendo: fornecimento de internet dedicada, transporte de dados via fibra óptica para interligação dos órgãos públicos municipais e fornecimento e gestão de solução de telefonia fixa IP, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal e das demais Secretarias, departamentos e unidades administrativas municipais, garantindo disponibilidade, continuidade, segurança e desempenho adequado das comunicações de dados e voz da Administração Pública Municipal.

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SERVIDOR: Tarcísio da Rosa / Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

SERVIDOR: Geovana Techio Lopes Belica / Secretaria Municipal de Governo

3. NORMAS E DIRETRIZES QUE BASEIAM ESTE ETP

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei Federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), no que se refere à prestação de serviços de telecomunicações;
- Regulamentos, resoluções e demais normas expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL aplicáveis aos serviços de conectividade, transporte de dados e telefonia fixa objeto da contratação;
- Decreto Municipal nº 707, de 07 de fevereiro de 2024, que disciplina os procedimentos e critérios de julgamento de menor preço e maior desconto no âmbito do Município;
- Demais normas técnicas aplicáveis aos serviços de telecomunicações, infraestrutura de rede, segurança da informação e prestação de serviços continuados;
- Princípios constitucionais e administrativos aplicáveis às contratações públicas, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade, competitividade, planejamento e continuidade do serviço público;

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

A presente contratação decorre da necessidade de garantir a continuidade, estabilidade, segurança e eficiência dos serviços de comunicação de dados e telefonia utilizados pela Administração Pública Municipal, indispensáveis ao funcionamento regular das atividades



administrativas, operacionais e de atendimento ao público realizadas pela Prefeitura Municipal, Secretarias, departamentos, unidades de saúde, escolas e demais órgãos vinculados à administração municipal.

Atualmente, os serviços de conectividade e telefonia são essenciais para a execução das atividades institucionais, incluindo utilização de sistemas em nuvem, tramitação de processos administrativos eletrônicos, emissão de documentos fiscais, acesso a sistemas governamentais estaduais e federais, comunicação interna entre órgãos públicos, atendimento ao cidadão, funcionamento de serviços de saúde e educação, videomonitoramento, bem como demais atividades que dependem de conexão estável e permanente à rede mundial de computadores e de comunicação telefônica eficiente.

A contratação de link dedicado de internet justifica-se pela necessidade de disponibilização de conexão corporativa com garantia de banda, estabilidade operacional, baixa latência e disponibilidade mínima compatível com serviços públicos essenciais, evitando oscilações e indisponibilidades comuns em conexões compartilhadas. A exigência de banda simétrica e dedicada visa assegurar desempenho adequado tanto para transmissão quanto para recepção de dados, especialmente considerando o elevado volume de tráfego entre os órgãos públicos e os sistemas utilizados pela Administração.

A contratação do serviço de transporte de dados via fibra óptica tem por finalidade promover a interligação segura e contínua entre os diversos órgãos públicos municipais, permitindo integração da rede corporativa municipal, compartilhamento de sistemas, comunicação interna eficiente e maior controle operacional da infraestrutura tecnológica. A exigência de rede em fibra óptica com redundância operacional busca reduzir riscos de interrupção dos serviços públicos em caso de falhas físicas ou técnicas, assegurando maior disponibilidade e continuidade operacional.

A previsão de infraestrutura própria e vedação de terceirização da rede de transporte possui fundamento na necessidade de garantir maior controle operacional, agilidade no atendimento técnico, redução do tempo de indisponibilidade em manutenções corretivas e preventivas, além de proporcionar maior confiabilidade na execução contratual. Tal exigência busca evitar dependência de terceiros para intervenções técnicas críticas, circunstância que pode comprometer o restabelecimento célere dos serviços essenciais da Administração Pública.

A exigência de estrutura operacional local, mediante comprovação de sede, filial ou base operacional no município quando da assinatura do contrato, possui justificativa na necessidade de atendimento técnico rápido e eficiente, considerando os níveis mínimos de serviço exigidos, especialmente quanto ao tempo de atendimento e resolução de falhas críticas. Tal exigência não constitui condição de habilitação, sendo prevista apenas para execução contratual, em observância aos princípios da competitividade e da razoabilidade, visando assegurar suporte técnico compatível com a natureza contínua e essencial dos serviços contratados.

Quanto aos serviços de telefonia fixa IP, a contratação visa modernizar e padronizar a comunicação telefônica da Administração Municipal, proporcionando maior eficiência operacional, gerenciamento centralizado, manutenção da comunicação institucional mediante portabilidade dos números existentes, além da disponibilização de funcionalidades



tecnológicas compatíveis com as necessidades administrativas, tais como ramais, URA, gravação de chamadas e filas de atendimento.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária e indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos municipais, garantindo infraestrutura tecnológica adequada, segura, contínua e compatível com as demandas operacionais da Administração Pública, em observância ao interesse público e aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade.

5. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças	Tarcísio da Rosa

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá contemplar empresa especializada e legalmente habilitada para prestação de serviços de conectividade corporativa, transporte de dados e telefonia fixa IP, devendo atender integralmente às especificações técnicas e operacionais necessárias à continuidade e segurança dos serviços públicos municipais.

Como requisito de qualificação técnica, poderá ser exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executa ou executou serviços compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da contratação, especialmente quanto à prestação de serviços de internet dedicada, transporte de dados via fibra óptica e gerenciamento de telefonia IP corporativa, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Para execução dos serviços de telefonia, a contratada deverá possuir autorização ou licença válida expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para exploração dos serviços compatíveis com o objeto contratado, incluindo Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), quando aplicável.

Os serviços deverão observar os seguintes requisitos mínimos de qualidade e desempenho:

- fornecimento de link dedicado de internet com banda 100% dedicada e simétrica, garantindo estabilidade e desempenho adequado às operações administrativas;
- disponibilização de IP público fixo válido;
- disponibilidade mínima mensal dos serviços de 99,5%;
- interligação dos órgãos públicos municipais mediante rede em fibra óptica;
- gerenciamento integral da infraestrutura de comunicação pela contratada;
- implantação de redundância lógica e/ou física da rede, com comutação automática em caso de falhas;
- monitoramento proativo da rede e dos serviços em regime 24 horas por dia e 7 dias por semana;
- proteção contra ataques e incidentes que possam comprometer a disponibilidade dos serviços;



- garantia de suporte técnico especializado;
- observância dos prazos mínimos de atendimento e resolução de incidentes definidos em Acordo de Nível de Serviço (SLA).

A exigência de infraestrutura própria para operação da rede de transporte de dados possui fundamento técnico na necessidade de assegurar maior controle operacional, estabilidade da rede, agilidade nas manutenções preventivas e corretivas e redução do tempo de indisponibilidade dos serviços essenciais da Administração Pública, minimizando dependência operacional de terceiros para execução de reparos e intervenções técnicas críticas.

A exigência de manutenção de estrutura operacional local, mediante sede, filial ou base operacional no município, a ser comprovada apenas para fins de assinatura contratual, justifica-se pela necessidade de atendimento técnico célere e compatível com os prazos máximos de resposta e solução definidos no SLA, especialmente diante da essencialidade e continuidade dos serviços de comunicação utilizados pelos órgãos públicos municipais. Referida exigência possui natureza de condição para execução contratual, não constituindo requisito de habilitação, em observância aos princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade.

Os equipamentos eventualmente fornecidos em comodato ou locação deverão atender às normas técnicas aplicáveis e possuir compatibilidade com a infraestrutura tecnológica da Administração Municipal, devendo a contratada responsabilizar-se integralmente pela manutenção, substituição e atualização necessárias ao pleno funcionamento dos serviços.

A contratação possui natureza continuada, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os serviços de conectividade, comunicação de dados e telefonia são indispensáveis ao funcionamento permanente das atividades administrativas e operacionais da Administração Pública Municipal, sendo sua interrupção capaz de comprometer diretamente a prestação dos serviços públicos, o atendimento à população e o funcionamento dos sistemas institucionais utilizados pelos órgãos municipais.

A vigência inicial do contrato deverá ser de 12 (doze) meses, admitida prorrogação sucessiva nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a vantajosidade, a manutenção da necessidade administrativa e as condições mais benéficas para a Administração Pública, considerando a natureza contínua e essencial dos serviços contratados.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado levantamento de mercado junto a empresas atuantes no ramo de telecomunicações e tecnologia da informação, bem como mediante análise de contratações similares realizadas por órgãos públicos e consultas a fornecedores especializados, com a finalidade de identificar soluções tecnicamente viáveis e economicamente compatíveis com as necessidades da Administração Municipal.

A pesquisa demonstrou a existência de múltiplos fornecedores aptos à prestação dos serviços pretendidos, especialmente no segmento de conectividade corporativa, transporte de dados via fibra óptica e telefonia IP, permitindo competitividade no certame, desde que observados



requisitos técnicos mínimos indispensáveis à garantia da continuidade, estabilidade e segurança dos serviços públicos essenciais.

Considerando que os serviços objeto da contratação atendem atividades essenciais da Administração Pública Municipal, concluiu-se pela necessidade de exigência de infraestrutura própria para operação da rede de transporte de dados, buscando assegurar maior controle operacional, agilidade nas intervenções técnicas e continuidade dos serviços.

Também se verificou que empresas sem estrutura operacional local podem apresentar dificuldades no cumprimento dos prazos reduzidos de atendimento e resolução de falhas exigidos pela Administração, especialmente em ocorrências críticas que demandem intervenção presencial imediata. Dessa forma, identificou-se a necessidade de manutenção de estrutura operacional no município, exigência esta a ser comprovada apenas no momento da assinatura contratual, como condição de execução do contrato, visando garantir suporte técnico compatível com os níveis mínimos de serviço estabelecidos, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

No que se refere aos serviços de telefonia IP, constatou-se ampla oferta de soluções corporativas compatíveis com as necessidades da Administração Pública, incluindo funcionalidades de PABX IP, portabilidade numérica, gravação de chamadas, filas de atendimento e gerenciamento centralizado da comunicação institucional.

Para formação do preço estimado da contratação, foram utilizados orçamentos obtidos junto a fornecedores do ramo, considerando as especificações técnicas definidas pela Administração, observando-se os parâmetros previstos no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**. Os valores coletados demonstraram variação compatível com a complexidade técnica dos serviços e com as soluções ofertadas pelo mercado especializado.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para prestação integrada e continuada de serviços de conectividade corporativa, transporte de dados via fibra óptica e fornecimento e gerenciamento de telefonia fixa IP, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal.

A solução contempla o fornecimento de link dedicado de internet com alta disponibilidade e desempenho, interligação dos órgãos públicos municipais por meio de rede própria em fibra óptica com redundância operacional, bem como disponibilização de solução completa de telefonia IP corporativa, incluindo gerenciamento, manutenção, suporte técnico e fornecimento dos equipamentos necessários à execução dos serviços.

A contratação do link dedicado de internet permitirá maior estabilidade, garantia de banda, disponibilidade contínua e desempenho adequado para utilização dos sistemas administrativos, plataformas governamentais, serviços em nuvem, sistemas de videomonitoramento, comunicação institucional e demais serviços essenciais executados pelos órgãos municipais.



A implantação da rede de transporte de dados via fibra óptica proporcionará integração segura entre os diversos órgãos públicos municipais, permitindo comunicação interna eficiente, compartilhamento de sistemas e centralização da infraestrutura tecnológica da Administração. A adoção de topologia com redundância e rotas distintas visa garantir continuidade operacional mesmo em situações de falhas técnicas ou rompimentos físicos da rede, reduzindo riscos de interrupção dos serviços públicos essenciais.

A exigência de gerenciamento integral da rede pela contratada, associada à obrigatoriedade de monitoramento proativo em regime 24x7, permitirá maior controle operacional da infraestrutura, identificação antecipada de falhas e redução do tempo de indisponibilidade dos serviços.

A previsão de utilização de infraestrutura própria pela contratada mostra-se tecnicamente adequada diante da necessidade de assegurar maior autonomia operacional, rapidez nas manutenções preventivas e corretivas e menor dependência de terceiros para execução de intervenções técnicas críticas, fator essencial considerando a natureza contínua dos serviços públicos atendidos.

Quanto aos serviços de telefonia fixa IP, a solução adotada permitirá modernização da comunicação institucional da Administração Pública Municipal, mediante utilização de tecnologia IP com gerenciamento centralizado, manutenção da numeração existente por meio de portabilidade, fornecimento de PABX IP em locação, disponibilização de ramais, URA, gravação de chamadas, filas de atendimento e fornecimento de aparelhos telefônicos com manutenção inclusa.

A exigência de suporte técnico especializado e estrutura operacional local busca assegurar atendimento célere e compatível com os níveis mínimos de serviço exigidos pela Administração, especialmente em ocorrências críticas que possam comprometer serviços públicos essenciais.

Sob o aspecto técnico, a solução escolhida mostra-se adequada às necessidades da Administração Pública Municipal por proporcionar maior confiabilidade, disponibilidade, segurança, escalabilidade e continuidade operacional dos serviços de comunicação de dados e voz.

Sob o aspecto econômico e operacional, a contratação integrada dos serviços possibilita maior padronização tecnológica, centralização do suporte técnico, simplificação da gestão contratual, redução de falhas de integração entre múltiplos fornecedores e maior eficiência operacional da infraestrutura tecnológica municipal.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta é a mais adequada para atender às necessidades da Administração Pública Municipal, mostrando-se tecnicamente viável, operacionalmente eficiente e compatível com o interesse público, produzindo os resultados pretendidos quanto à continuidade, estabilidade e qualidade dos serviços de comunicação utilizados pelos órgãos municipais.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



A definição das quantidades e especificações dos serviços a serem contratados foi realizada com base nas necessidades atuais da Administração Pública Municipal, considerando a estrutura existente dos órgãos públicos municipais, a demanda operacional das secretarias e departamentos, o volume de tráfego de dados atualmente utilizado, a necessidade de ampliação da capacidade tecnológica da rede corporativa municipal, bem como o histórico de contratações anteriores e o crescimento da utilização de sistemas digitais e serviços eletrônicos no âmbito da administração pública.

Para o serviço de conectividade principal da sede administrativa e demais órgãos urbanos, foi estimada a necessidade de fornecimento de link dedicado de internet com capacidade de 5 (cinco) GIGA, considerando o elevado volume de acessos simultâneos, utilização de sistemas em nuvem, transmissão de dados entre unidades administrativas, serviços de videomonitoramento, plataformas governamentais, videoconferências, serviços digitais e demais aplicações críticas utilizadas pela Administração Municipal.

Para atendimento das unidades localizadas nas comunidades do interior do município, estimou-se a necessidade de link dedicado com capacidade de até 2 (dois) GIGA, visando garantir conectividade adequada às escolas, unidades de saúde, associações e demais pontos de interesse da Administração Pública localizados fora da área urbana.

Quanto ao serviço de transporte de dados, a estimativa contempla a interligação de 25 (vinte e cinco) pontos destinados ao sistema de monitoramento municipal, considerando a necessidade de comunicação contínua entre os pontos de captura de imagens e a central de monitoramento da Administração Municipal.

No que se refere aos serviços de telefonia IP, a estimativa foi elaborada considerando a atual estrutura administrativa municipal e a necessidade de atendimento aos diversos setores da Administração Pública, contemplando solução de PABX IP com ramais distribuídos conforme a demanda operacional existente, bem como fornecimento de 60 (sessenta) aparelhos telefônicos para utilização pelos setores administrativos.

As quantidades estimadas buscam atender adequadamente às demandas operacionais da Administração Pública Municipal durante a vigência contratual, observando critérios de eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e racionalização dos recursos públicos.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a pesquisa de preços e orçamentos realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi a média ponderada dos valores unitários apresentados nos itens da solução.

Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação será realizada mediante divisão em itens distintos, observando as características técnicas e operacionais de cada serviço, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame, possibilitar maior participação de empresas especializadas e



promover a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

O objeto será dividido em 04 (quatro) itens independentes, correspondentes aos seguintes serviços:

- Item 01 – Serviço de conectividade à internet dedicada para atendimento da área urbana e órgãos da Administração Municipal;
- Item 02 – Serviço de conectividade para unidades localizadas no interior do município;
- Item 03 – Serviço de transporte de dados via fibra óptica para interligação dos pontos de monitoramento;
- Item 04 – Serviço de telefonia fixa IP com fornecimento de solução completa de telefonia corporativa.

O parcelamento adotado mostra-se tecnicamente viável, considerando que os serviços possuem características operacionais próprias e podem ser executados de forma independente, sem prejuízo da funcionalidade da solução contratada.

Além disso, a divisão por itens permite maior participação de empresas especializadas em segmentos específicos de telecomunicações, evitando restrição indevida à competitividade e favorecendo a ampliação da disputa entre licitantes, circunstância que pode contribuir para obtenção de melhores condições técnicas e econômicas para a Administração Pública.

A modelagem adotada também possibilita que empresas com atuação específica em serviços de internet dedicada, transporte de dados ou telefonia IP possam participar da licitação apenas nos itens compatíveis com sua área de atuação técnica e operacional.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação em itens distintos mostra-se medida tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, compatível com as características do objeto e com o interesse público envolvido na contratação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a plena execução da solução pretendida, não se identificam contratações interdependentes obrigatórias que condicionem diretamente a viabilidade da presente contratação.

Contudo, os serviços objeto deste processo possuem correlação operacional com a infraestrutura tecnológica já existente da Administração Pública Municipal, especialmente equipamentos de rede, servidores, sistemas de monitoramento, estações de trabalho, centrais telefônicas e demais recursos de tecnologia da informação utilizados pelos órgãos municipais.

Eventuais adequações internas de infraestrutura lógica e elétrica necessárias para instalação ou ampliação dos serviços nas unidades administrativas poderão ser executadas diretamente pela Administração Municipal, conforme necessidade identificada durante a implantação dos serviços, sem prejuízo da execução contratual.



Ressalta-se ainda que os serviços contratados deverão possuir compatibilidade com os sistemas, equipamentos e estruturas tecnológicas atualmente utilizados pela Administração Pública Municipal, especialmente quanto à integração da rede corporativa, sistema de videomonitoramento e serviços de telefonia institucional.

Dessa forma, conclui-se que não há necessidade de contratação correlata ou interdependente específica como condição para viabilidade da presente contratação, sendo os serviços pretendidos autônomos e plenamente executáveis dentro das condições atualmente existentes na Administração Municipal.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades estratégicas da Administração Pública Municipal relacionadas à manutenção e modernização da infraestrutura tecnológica e de comunicação utilizada pelos órgãos públicos municipais, visando assegurar a continuidade, eficiência e segurança dos serviços públicos prestados à população.

O objeto da contratação está diretamente relacionado às atividades essenciais da Administração Municipal, especialmente quanto à garantia de conectividade de dados, integração entre órgãos públicos, funcionamento dos sistemas administrativos e manutenção da comunicação institucional da Prefeitura e demais unidades administrativas.

Embora o Plano de Contratações Anual (PCA) do Município ainda esteja em fase de elaboração e consolidação, a presente contratação mostra-se necessária e indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e evitar riscos de interrupção das atividades administrativas e operacionais dependentes da infraestrutura de comunicação de dados e telefonia.

A contratação foi previamente submetida à análise e aprovação da autoridade competente, considerando sua relevância operacional, a natureza continuada dos serviços e a necessidade de manutenção da estrutura tecnológica indispensável ao funcionamento da Administração Pública Municipal, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, a Administração Pública Municipal pretende assegurar a prestação contínua, estável, segura e eficiente dos serviços de comunicação de dados e telefonia utilizados pelos órgãos públicos municipais, garantindo infraestrutura tecnológica adequada ao desempenho das atividades administrativas e operacionais da Prefeitura e demais unidades vinculadas.

Busca-se obter solução tecnológica capaz de proporcionar alta disponibilidade dos serviços de conectividade, maior estabilidade da rede corporativa municipal, integração eficiente entre os órgãos públicos, melhoria no desempenho dos sistemas institucionais e redução de falhas e interrupções que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais.



Pretende-se ainda garantir comunicação interna e externa mais eficiente por meio da modernização da telefonia institucional, com utilização de solução IP integrada, permitindo melhor gerenciamento das comunicações, maior controle operacional, manutenção da numeração institucional existente e disponibilização de funcionalidades compatíveis com as necessidades da Administração Pública.

Com a implantação da rede de transporte de dados em fibra óptica com redundância operacional, busca-se aumentar a segurança, confiabilidade e continuidade da comunicação entre os órgãos municipais, especialmente para suporte aos serviços de monitoramento, sistemas administrativos e compartilhamento de dados institucionais.

A contratação também visa assegurar suporte técnico especializado, atendimento rápido em ocorrências críticas e monitoramento contínuo da infraestrutura tecnológica, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos serviços e aumentando a eficiência operacional da Administração Municipal.

Sob o aspecto econômico e gerencial, pretende-se obter solução tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, mediante contratação estruturada conforme as necessidades reais da Administração Pública, observando os princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a implementação da solução pretendida, a Administração Pública Municipal deverá disponibilizar acesso às unidades e instalações onde os serviços serão implantados, permitindo a realização das atividades técnicas necessárias para instalação, configuração, ativação e testes da infraestrutura contratada.

A Administração também deverá indicar os responsáveis técnicos e servidores de referência para acompanhamento da execução contratual, suporte às atividades de implantação e validação dos serviços prestados.

Eventuais adequações internas de infraestrutura lógica, elétrica ou física que se mostrarem necessárias para instalação dos equipamentos e ativação dos serviços poderão ser realizadas pela própria Administração Municipal, conforme necessidade identificada durante a execução contratual.

A contratada deverá realizar a implantação dos serviços sem prejuízo à continuidade das atividades administrativas da Prefeitura e demais órgãos municipais, devendo promover, quando necessário, a migração gradativa dos serviços atualmente utilizados, especialmente quanto à portabilidade dos números telefônicos institucionais e ativação dos links de comunicação.

Também deverão ser adotadas medidas de acompanhamento e fiscalização contratual pela Administração Pública, mediante designação de fiscal e gestor do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando garantir o cumprimento das obrigações contratuais, dos níveis mínimos de serviço estabelecidos e da qualidade da solução contratada.



Ressalta-se que não se identificam providências complexas ou contratações adicionais indispensáveis para viabilizar a execução do objeto, sendo a solução plenamente compatível com a estrutura atualmente existente na Administração Municipal.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental já abordados no tópico 6 deste ETP.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas informações levantadas no presente Estudo Técnico Preliminar, esta equipe de planejamento declara VIÁVEL a presente contratação, considerando que a solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente necessária e economicamente compatível com as necessidades da Administração Pública Municipal.

A contratação pretendida atende ao interesse público, apresenta viabilidade técnica para execução, possui disponibilidade de fornecedores no mercado capazes de atender às exigências estabelecidas e mostra-se indispensável para garantir a continuidade, segurança, estabilidade e eficiência dos serviços de comunicação de dados e telefonia utilizados pelos órgãos municipais.

Conclui-se, portanto, que a contratação é plenamente viável, estando em conformidade com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

ASSINATURAS:

Tarcísio da Rosa
Secretário Municipal de administração Planejamento e Finanças

Geovana Techio Lopes Belica
Secretária Municipal de Governo